

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 25¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

02 de junho de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 24)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 5 informações, com destaque para a informação 01 – Guedes diz a Pacheco que Bolsonaro não quer reforma administrativa e a informação 02 que é um artigo sobre a PEC 32.
- No “item 3 – Situação atual que se encontra” - Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitação do dia 01/6, inclusive com o Parecer recebido pela CCP para publicação.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados atualizados (até 01 de junho) da enquete relativa à PEC.
- No “item 8 – Agenda do dia de hoje” (02 de junho) – CANCELADA.

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Guedes diz a Pacheco que Bolsonaro não quer reforma administrativa

A avaliação é que, por faltar um ano para a próxima eleição, a reforma administrativa de Bolsonaro ficará 'só no discurso'

por estadão conteúdo - Publicado 01/06/2021 13:32

Apesar de, publicamente, estar em "campanha" pela aprovação da reforma administrativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que o presidente Jair Bolsonaro não quer a aprovação da proposta que muda as regras para o funcionalismo público brasileiro e que não vai trabalhar por ela.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, Guedes confidenciou a contrariedade de Bolsonaro a Pacheco em encontro na semana passada, o que levou o presidente do Senado a questionar ontem, durante evento organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o real comprometimento do governo com a reforma.

A avaliação entre lideranças políticas é de que, faltando um ano para a próxima eleição presidencial, a defesa da reforma administrativa por Bolsonaro ficará "só no discurso" e que, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva crescendo nas pesquisas eleitorais, "já estamos no segundo turno" do pleito de 2022.

O texto é uma das principais "reformas estruturantes" defendidas por Guedes e sua equipe - que criou polêmica no início do ano passado ao comparar servidores públicos a "parasitas". Também é

acompanhada com lupa pelo mercado, que vê nas mudanças uma importante forma de reduzir o tamanho do Estado e o impacto do funcionalismo nas contas públicas.

Ontem, após o Estadão/Broadcast divulgar a conversa reservada entre Guedes e Pacheco, os contratos baseados em juros futuros subiram, o que mostra a expectativa de piora no cenário geral pelo mercado.

Durante o evento de ontem da CNI, Pacheco disse que "há compromisso absoluto" do Legislativo com o andamento da proposta, porém demonstrou preocupação com a possibilidade de esvaziamento do texto. Pacheco reclamou, especificamente, do Palácio do Planalto, deixando a Economia de fora.

"Há o compromisso do Poder Executivo com a reforma administrativa? Esse é um questionamento que precisamos fazer e ter clareza nessa discussão com a Casa Civil, a Secretaria de Governo e a própria Presidência da República. Se há vontade de fazer uma reforma administrativa em um ano pré-eleitoral ou não", afirmou o presidente do Senado. "Para que não tenhamos uma concentração de energia que será esvaziada em razão de uma iniciativa do governo para não votar. Quero crer que isso não acontecerá, mas é um diálogo que precisamos ter com o governo federal", acrescentou.

Resistência

A reforma administrativa enviada pelo governo ao Congresso traz mudanças importantes para novos servidores públicos, como o fim da estabilidade para a maioria das carreiras e a criação de diferentes tipos de contrato de trabalho. O texto enfrenta grande resistência entre o funcionalismo, que tem se organizado e atuado no Legislativo contra a proposta.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados na semana passada e, agora, aguarda a criação de uma comissão especial na Casa para continuar a tramitação.

Entre parlamentares, porém, a visão é de que se trata de mais uma situação em que o presidente Bolsonaro faz Guedes acreditar que tem seu apoio, mas trabalha nos bastidores contra o que o ministro defende.

Segundo os parlamentares, foi o que ocorreu durante a tramitação da reforma da Previdência, quando Bolsonaro autorizou aliados a votar contra pontos da proposta. Mais recentemente, o presidente também liderou um movimento para desidratar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial e retirar policiais do congelamento previsto de salários. Contra a equipe econômica, Bolsonaro também patrocinou a tentativa de retirada do Bolsa Família do teto de gastos, mas recuou diante da reação negativa do mercado.

A senadora Kátia Abreu (PP-TO), vice-presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Administrativa, também disse ontem que "alguns setores do governo estão contra a reforma administrativa" e, diferentemente de Pacheco, reclamou de Guedes

"Vejo Paulo Guedes, que deveria ser o maior interessado, lutando muito pouco por essa reforma. Talvez o presidente (Jair Bolsonaro) esteja preocupado em desagradar esse setor", afirmou, durante audiência pública da comissão da covid-19 no Senado.

Em público, Guedes continua em defesa das mudanças. Ainda ontem, em evento com investidores internacionais, o ministro disse que a reforma administrativa, assim como a tributária, deve

avançar neste ano. "Vamos surpreender o mundo mais uma vez, pois o Congresso brasileiro é reformista", disse.

Coube ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), colocar panos quentes na situação. "Acredito na reforma administrativa e acredito no apoio do governo à reforma administrativa. Foi oriunda dele. Essa versão, veiculada por alguns meios, de que o governo federal e o Poder Executivo não apoiarão a reforma administrativa é um contrassenso", afirmou, no evento da CNI.

Procurado, Pacheco não comentou a conversa reservada com Guedes.

Após a publicação da reportagem pelo Estadão, o Ministério da Economia informou que o ministro Paulo Guedes ligou para o presidente do Senado para reafirmar que Bolsonaro apoia, sim, a reforma administrativa. Questionado pela reportagem sobre o motivo de Guedes ter dito na semana passada, a Rodrigo Pacheco, que Bolsonaro não apoiava as mudanças, o ministério disse apenas que "esse assunto já foi superado quando Bolsonaro deu o aval para o envio da proposta ao Congresso Nacional."

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: <https://odia.ig.com.br/economia/2021/06/6158132-guedes-diz-a-pacheco-que-bolsonaro-nao-quer-reforma-administrativa.html>

Informação 02 – Artigo - PEC 32/2020: desinformação e ideologia na destruição do serviço público

Discussão do mérito da reforma permanece marcada pela desinformação e por chavões ideológicos

- Autor: **Bráulio Santiago Cerqueira** (link de acesso)

31/05/2021 07:17 - Atualizado em 31/05/2021 às 08:09

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados deliberou pela admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n°32/2020, a reforma administrativa do governo Bolsonaro, que agora terá o mérito discutido em Comissão Especial criada para esse fim.

Na CCJC, que se debruça sobre a constitucionalidade da matéria, acertadamente saíram os novos princípios da Administração Pública, dentre eles o da Subsidiariedade, que desresponsabiliza o Estado da prestação de serviços à população, bem como caiu a autorização do presidente da República em extinguir, por Decreto, entidades autárquicas e fundacionais, como universidades, um alívio diante dos embates travados pelo governo atual com a ciência, a pesquisa e a educação pública.

Não obstante, persistem na PEC outras inconstitucionalidades e elevada insegurança jurídica, a exemplo: **i)** da falta de previsão de enquadramento nas futuras estruturas de cargos e carreiras dos 12 milhões de servidores atuais, que com a extinção do Regime Jurídico Único passarão a integrar um "Regime Jurídico Específico" (art. 2º da PEC); **ii)** da possibilidade de redução de jornada e salários, exceto para os "cargos típicos de Estado" (art. 37, XXIII, "e" da Constituição Federal – CF), o que contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF); **iii)** da permissão para o desligamento do serviço público por decisão colegiada não transitada em julgado, tanto dos atuais servidores, que permanecem com estabilidade requalificada desta forma,

quanto dos novos ocupantes de “cargos típicos de Estado”, o único novo vínculo cujo ingresso prevê estabilidade (art. 41, § 1º, I – CF); **iv**) da possibilidade de afastar por “motivação político-partidária” os ocupantes de “cargos de Liderança e Assessoramento”, a nova denominação dos comissionados (art. 41-A, parágrafo único – CF); **v**) do prejuízo à impessoalidade do recrutamento pelo novo “vínculo de Experiência”, uma fase prática do concurso público onde os candidatos/servidores (?) estarão sujeitos a avaliadores obrigados a classifica-los para desliga-los (art. 39-A, I – CF); **vi**) da ausência de menção a qualquer controle sobre os instrumentos, ampliados, de cooperação do Estado com o setor privado para a prestação de serviços públicos (art. 37-A – CF).

A discussão do mérito da reforma, a julgar pela manifestação da maioria dos deputados apoiadores da proposta na CCJC, em linha com o discurso oficial e de “mercado”, permanece marcada pela desinformação e chavões ideológicos.

Seriam três seus objetivos declarados: conter as despesas obrigatórias com salários para abrir espaço ao investimento público; modernizar a Administração Pública; e acabar com remunerações e benefícios desproporcionais.

Em relação ao primeiro objetivo, a própria Exposição de Motivos esclarece que “a Proposta de Emenda à Constituição ora apresentada não acarreta impacto orçamentário-financeiro. No médio e no longo prazos, inclusive, poderá resultar na redução dos gastos obrigatórios, possibilitando incremento nas taxas de investimento público no país”. Isto, a ausência de impacto fiscal ou mesmo de estimativas a respeito, ocorre por duas razões: a primeira é que a política remuneratória do governo Bolsonaro já está definida em Lei e na própria Constituição, consistindo na valorização dos soldos militares e no congelamento nominal (compressão real) dos salários civis (Lei nº 13.954/2019 de reestruturação das Forças Armadas, Lei Complementar nº 173/2020 que congela salários de servidores até o fim de 2021, Emenda Constitucional nº 109 que antecipa cortes previstos no teto de gastos podendo congelar concursos e salários até 2036); a segunda é que o próprio texto da PEC remete à Lei Complementar as definições sobre “política remuneratória e de benefícios” (art. 39, II – CF).

Já o comportamento do investimento federal pós-2014, de 1,3% do PIB para 0,8% em 2019, em nada se relaciona à despesa com pessoal civil, que vem caindo em termos reais e segue estável em percentual do PIB: 1,8% do PIB em 2014 para os ativos civis, e os mesmos 1,8% em 2020 (STN/Resultado do Tesouro Nacional). A queda do investimento federal remete a outros fatores, como a adoção de uma agenda econômica refratária ao planejamento estatal, e a adoção de regras fiscais mal desenhadas, a exemplo teto de gastos. Aliás, sua suspensão no ano passado pelo orçamento de guerra levou o investimento federal a 1,4% do PIB (STN/Resultado do Tesouro Nacional).

Quanto à modernização do Estado, em verdade o projeto se restringe à gestão de recursos humanos (RH), deixando de lado a estrutura da máquina pública, insumos, ferramentas de gestão, governo digital e as próprias entregas de bens e serviços à população.

Enquanto reforma do RH, a orientação da PEC 32/2020 é privatista e patrimonialista. Chama “modernização” a precarização das relações de trabalho no serviço público. Dentre as alterações previstas, destaca-se: **i**) a já salientada extinção do Regime Jurídico Único com a criação de 5 vínculos diferentes na administração, apenas um deles com estabilidade para os novos servidores (art. 39-A – CF); **ii**) a ampliação do escopo das contratações temporárias, inclusive em atividades sazonais e para lidar com um indefinível “acúmulo transitório de serviço” (art. 39-A, § 2º – CF); **iii**) a facilitação de arranjos sem controle na cooperação entre governo e particulares na prestação de serviços públicos (art. 37-A – CF); **iv**) o aumento do quantitativo e o livre

preenchimento dos “cargos de Liderança e Assessoramento”, que passam a abrigar não apenas atribuições estratégicas e gerenciais, como os equivalentes de hoje, mas também técnicas (Exposição de Motivos da PEC); v) a revogação do § 2º do art. 39 da CF que determina a manutenção de escolas de governo pelos entes federados; vi) a atribuição ao presidente da República do poder de extinguir, sem discussão e autorização prévia do Congresso, cargos e Ministérios (art. 84, VI – CF).

Assim, a proposta de reforma administrativa institucionaliza o bico no Estado, aponta para a privatização desregulada de serviços públicos, amplia a ingerência política na gestão, e “premia” o grosso das categorias de servidores à frente do combate à pandemia com o fim da estabilidade. Esta última, vale lembrar, instrumento de proteção do cargo público e da sociedade contra o arbítrio do poder político ou privado.

Não por outras razões, conclui a **Nota Técnica 69/2021 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (p. 40, grifos do texto):**

“...a PEC 32/2020 apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos, tais como aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude da desestruturação das organizações. Por sua vez, os efeitos previstos de redução de despesas são limitados, especialmente no caso da União. Assim, **estimamos que a PEC 32/2020, de forma agregada, deverá piorar a situação fiscal da União**, seja por aumento das despesas ou por redução das receitas”.

Ainda no que tange à gestão, importa desfazer outra confusão bastante comum: a PEC 32/2020 não institui, não disciplina nem regulamenta a avaliação de desempenho do servidor, e os motivos são simples: já existe avaliação de desempenho no serviço público, assim como já há previsão constitucional, desde 1998, para a regulamentação do desligamento do serviço público por insuficiência de desempenho (art. 41, § 1º – CF). Ou seja, o aperfeiçoamento da avaliação de desempenho independe de reforma constitucional.

Por fim, é curioso que o governo que acabou de estabelecer duplo teto remuneratório para militares da reserva e civis aposentados ocupantes de cargos em comissão (Portaria 4.975/21 ME) fale em fim de “privilégios” com a reforma administrativa. Enquanto mais de 90% do funcionalismo se concentra no Poder Executivo com média salarial de R\$ 4.200,00, a PEC 32/2020 não se aplica aos agentes públicos com regimes jurídicos diferenciados. Por sua vez, o novo inciso XXIII do art. 37 da CF proposto na reforma, que proíbe aposentadoria como modalidade de punição, licença prêmio, anuênios e quinquênios etc., disciplina benefícios que não existem há mais de década no Executivo Federal.

Por essas razões, convém que o necessário amadurecimento do debate na Comissão Especial resulte na rejeição da PEC 32/2020. Alternativas na direção republicana e democrática há, como em **Rumo ao Estado Necessário** (Frente Parlamentar Servir Brasil e FONACATE, 2021). Reflexão crítica e informação qualificada mostram ser possível retomar a agenda de regulamentações, já prevista na Constituição, de melhoria de desempenho, produtividade e entregas da administração pública, desde que o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões não seja reduzido a chavões que estigmatizam o Estado, o serviço público e a própria nação.

Fonte: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pec-32-2020-desinformacao-e-ideologia-na-destruicao-do-servico-publico-31052021>

Informação 03 – Comissão Especial deve debater PEC 32 só no 2º semestre, diz Rogério Correia

"Ganhamos tempo, mas não a luta. É hora de mostrar força", reforçou o deputado federal que participou de live pela derrota da reforma Administrativa onde entidades representativas dos servidores federais, estaduais e municipais lançaram manifesto

Publicado: 31/05/2021

Condsef/Fenadsef

Na última quinta-feira, 27, um ato histórico pela derrota da PEC 32/20, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes, uniu cinco entidades do campo cutista representando a maioria dos quase 12 milhões de servidores federais, estaduais, municipais, da saúde e educação do Brasil. **Confetam, Fenasepe, Condsef/Fenadsef, CNTSS e CNTE** lançaram um manifesto que expõe os riscos e efeitos perversos da PEC 32/20 para os serviços públicos. Longe de combater "privilégios", a reforma Administrativa entrega os serviços públicos à exploração de empresas privadas, transformando direitos em mercadorias cujo acesso se limitará a quem puder pagar, cita trecho do documento. [Confira a íntegra aqui.](#)

A preocupação com o que chamou de "privataria do serviço público brasileiro" é compartilhada pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG), um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que participou ao vivo da live. Correia celebrou a aliança das entidades considerada fundamental para a derrota dessa PEC no Congresso Nacional. O deputado destacou que a unidade e aumento da pressão a parlamentares surtiu efeito. Prova disso foi o [placar apertado com que aprovaram a admissibilidade do texto da PEC 32 na Comissão de Constituição e Justiça \(CCJ\)](#) da Câmara dos Deputados na última terça, 25.

'Hora de mostrar força'

A avaliação é de que a Comissão Especial que será formada para dar continuidade à análise do mérito da reforma Administrativa só deve iniciar os debates no 2º semestre. "Aquilo que eles queriam aprovar este semestre, desistiram. Estão jogando a formação da Comissão Especial para daqui duas semanas e o debate se dará no 2º semestre", observou Correia. "Ganhamos tempo, mas não ganhamos a luta. Agora é hora de mostrar força", reforçou o deputado. A Comissão Especial tem o prazo de 40 sessões para votar a PEC.

Diap, Dieese e ISP fizeram análises técnicas sobre a proposta pontuando as evidentes inconstitucionalidades ainda contidas na PEC, mesmo depois que o relator da matéria na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-PR) fez algumas mudanças no texto. "O conjunto da sociedade precisa entender que aquilo que a Constituição nos garantiu vai ser colocado nas mãos da iniciativa privada", pontou Fausto Augusto Júnior do Dieese. "A reforma Administrativa não é uma discussão corporativa. Ela é uma desconstrução do Estado brasileiro e atinge frontalmente os direitos sociais. Estão desmontando a Constituição de 88 sem ter convocado uma Assembleia Constituinte. Os movimentos precisam estar mobilizados e barrar essa reforma", alertou o técnico.

O vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, também deixou mensagem aos servidores do Brasil destacando que sem servidores não há serviços públicos. "O que está se tentando fazer no Congresso Nacional é privatizar os serviços públicos. Todo serviço que foi privatizado até hoje no Brasil não melhorou a qualidade e acesso há quem mais precisa, apenas gerou lucro para segmentos privados. A CUT é contra essa reforma Administrativa e vamos trabalhar para que ela seja derrubada e para que tenhamos serviços públicos de qualidade, com servidor valorizado", frisou.

Pluralidade partidária em defesa dos serviços públicos

Ao longo da live, parlamentares do PT, PSB, PV, PSD, PDT, Rede, PCdoB, Psol, Podemos, PROS, PSDB e Solidaridade deixaram mensagens se posicionando contrários à aprovação da reforma Administrativa (PEC 32/20) na Câmara. Todos foram categóricos ao apontar que não é prioridade e nem o momento para votar essa reforma e que a PEC 32 fere direitos constitucionais, representa um duro ataque aos serviços públicos, ao povo brasileiro e precisa ser derrotada.

Entre os parlamentares que manifestaram apoio à luta em defesa dos serviços públicos estão os deputados federais Bacelar (Podemos-BA), Dagoberto Nogueira (PDT-MS), Fábio Trad (PSD-MS), Gleisi Roffmann (PT-PR), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Joênia Wapichana (Rede-RR), Odorico Monteiro (PSB-CE), Paulinho da Força (Solidariedade-SP), Israel Batista (PV-DF), que também é coordenador da Frente Servir Brasil, Rose Modesto (PSDB-MS), Talíria Petrone (Psol-RJ) e a senadora Zenaide Maia (PROS-RN).

Mobilização e pressão devem se intensificar

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, falou da importância fundamental da mobilização e pressão junto aos parlamentares para barrar a PEC 32. Para isso, divulgou enquete aberta pela Câmara dos Deputados onde todos podem deixar sua opinião e manifestar rejeição à reforma Administrativa. [Clique aqui](#) e vote na opção "**DISCORDO TOTALMENTE**". "Hoje nós estamos fazendo história, unificando a luta do conjunto do funcionalismo público, sejam eles federais, estaduais, municipais, empresas públicas, que estão representados por essas entidades nacionais. Essa é uma unidade que veio para ficar", destacou Sérgio.

Assista ao ato nacional pela derrota da PEC 32

Leia a íntegra do manifesto do Serviço Público contra a PEC 32

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

Na contramão da inclusão do povo no orçamento público por meio de políticas capazes de efetivar direitos e de proteger a população dos efeitos devastadores das crises sanitária, econômica e social que assolam o Brasil, a iniciativa privada se prepara para a cartada final na disputa pelos recursos do Estado brasileiro apostando as fichas na aprovação da Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, em tramitação na Câmara dos Deputados.

De um lado dessa disputa estão os mesmos que patrocinaram as fases anteriores desse jogo de poder – a deposição da presidenta Dilma, a prisão política do ex-presidente Lula, o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, a privatização da Petrobrás, a aprovação da Lei das Terceirizações, o desmonte da CLT e a destruição do direito à aposentadoria. É uma elite que, em nome do lucro, apoiou sucessivos ataques aos direitos, comprometendo deliberadamente o futuro da juventude e a assistência aos trabalhadores na velhice.

Do outro lado da trincheira estamos nós, o povo brasileiro, os servidores municipais, estaduais e federais, os trabalhadores da educação e da seguridade social, os profissionais do setor público e segmentos da sociedade prejudicados diretamente pelas mudanças previstas na PEC 32, que acaba com concursos, extingue a estabilidade dos servidores e reduz os salários do setor.

Longe de combater “privilégios”, a Reforma Administrativa entrega os serviços públicos à exploração de empresas privadas, transformando direitos em mercadorias cujo acesso se limitará a quem puder pagar.

Para evitar o desmonte do Estado, salvar os serviços públicos e defender os direitos do povo brasileiro contra a sanha odiosa das elites do atraso que se apoderaram do Brasil, as cinco entidades nacionais CUTistas representativas dos servidores das três esferas de governo, da educação e da seguridade se irmanam oficialmente, neste 27 de maio de 2021, contra a Reforma Administrativa.

As mudanças feitas pelo relator da PEC 32 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, infelizmente, não podem ser consideradas uma vitória significativa, pois nada mais foram que o recolhimento dos “bodes espalhados pela sala”: a supressão do poder do chefe do Executivo de extinguir órgãos públicos, a retirada da proibição de servidores ocupantes de cargos típicos de Estado de exercerem outras atividades remuneradas e a supressão do princípio da subsidiariedade. Os supostos “avanços” não são conquistas porque, na essência da PEC, foi mantido o poder do presidente de extinguir cargos e de entregar órgãos e equipamentos públicos à iniciativa privada.

Enfatizamos que tais pontos foram inseridos propositalmente no texto original da PEC, já prevendo a retirada deles durante a tramitação da matéria para que seus defensores, mais uma vez, tentem manipular a opinião pública com o falso argumento de que houve “negociação” e “diálogo” com a sociedade. Destacamos, por fim, que a PEC 32 continua fiel à sua gênese de total desresponsabilização social do Estado brasileiro e de desmonte completo dos serviços públicos no país!

Juntas, Confetam, Fenasepe, Condsef, CNTE e CNTSS consolidam, nesta noite, uma ampla aliança nacional, primeiro para derrotar a PEC 32, segundo para resistir com firmeza a todos os ataques ao Estado de bem-estar social e aos direitos assegurados ao povo brasileiro na Constituição de 1988, principais alvos da Reforma Administrativa do ministro-banqueiro Paulo Guedes.

Com paciência, acolhimento e capacidade de persuasão, debateremos os rumos do Brasil com a população em audiências públicas nas Câmaras e Assembleias, nas ações conjuntas em cada município, região e capital para garantir capilaridade nacional ao processo de conscientização da população trabalhadora sobre a urgência de uma forte reação social capaz de barrar a Reforma Administrativa no Congresso Nacional.

Nesta noite histórica para os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, a Confetam, a Fenasepe, a Condsef, a CNTE e a CNTSS celebram a unidade permanente das entidades nacionais CUTistas em torno da defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, da universalização dos serviços públicos de qualidade, da vacina para todos, do auxílio emergencial de R\$ 600,00 até o fim da pandemia e da testagem em massa!

Avante, companheiros e companheiras!

Nossa unidade é o único caminho para a vitória contra a morte e o arbítrio!

Vamos juntos derrotar a Reforma Administrativa!

Brasília/DF, 27 de maio de 2021

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – Confetam

Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais e do Distrito Federal – Fenasepe

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS

Faça pressão nas redes sociais

[Acesse o site "Na Pressão"](#) e marque parlamentares do seu estado nas redes sociais. Ajude a virar votos em defesa dos serviços públicos brasileiros. O recado é claro: parlamentar que votar contra nossos direitos a serviços públicos não volta. Participe e ajude a defender mais e melhores serviços públicos para o Brasil e os brasileiros.

Receba nossas notícias

Você quer receber todas as informações da luta contra a reforma administrativa? Fortaleça essa luta contra o fim dos serviços públicos brasileiros. **Receba informações direto em seu celular. Salve nosso número (61) 98357-4114 em seu celular e envie um Oi.** Siga também nas redes sociais (@cancelareforma): Instagram, Facebook, Twitter e YouTube

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/comissao-especial-deve-debater-pec-32-so-2- semestre-diz-rogerio-correia>

Informação 04 – Campanha diga não à Reforma Administrativa – campanha da CUT e seus sindicatos



O governo diz que essa reforma combate privilégios, mas a verdade é que ela ataca nossos direitos e acaba com as políticas sociais e os serviços públicos brasileiros.

Sua participação é fundamental para mudar o voto dos parlamentares. No site "Na Pressão" você tem a lista dos membros da CCJ e os links para suas redes sociais. Deixe lá seu recado: "Deputado, quem votar pelo fim dos serviços públicos brasileiros não volta em 2022".

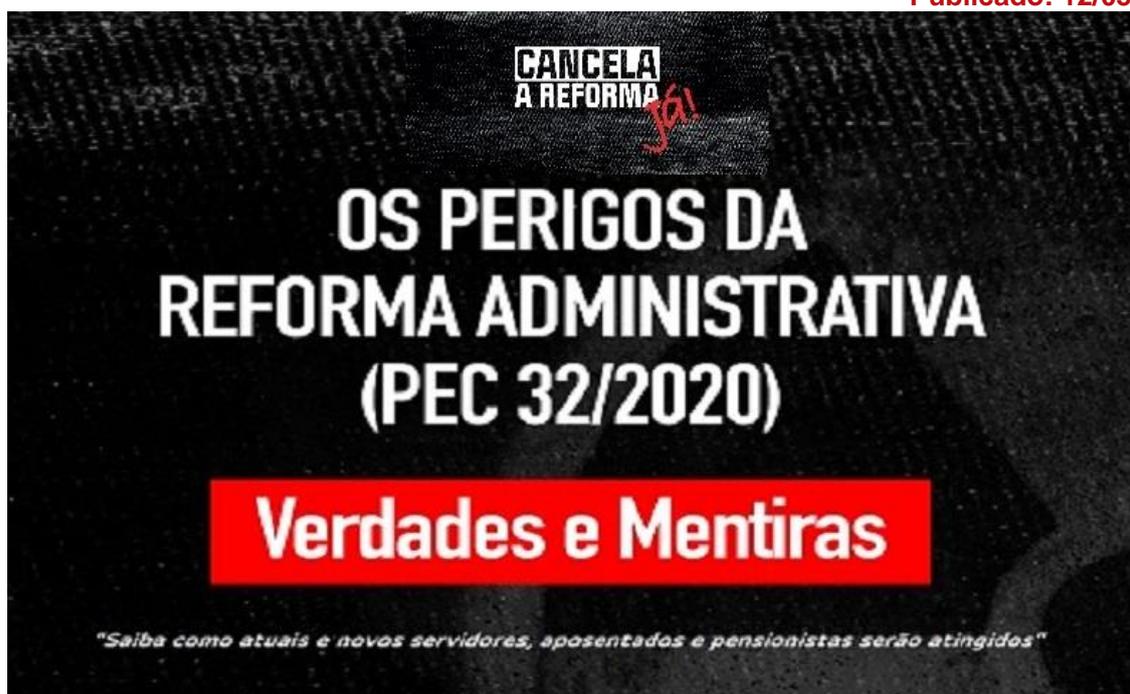
<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

Compartilhe. Vamos lutar por mais e melhores serviços públicos!

Informação 05 – **Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa**

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada “*Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras*”, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

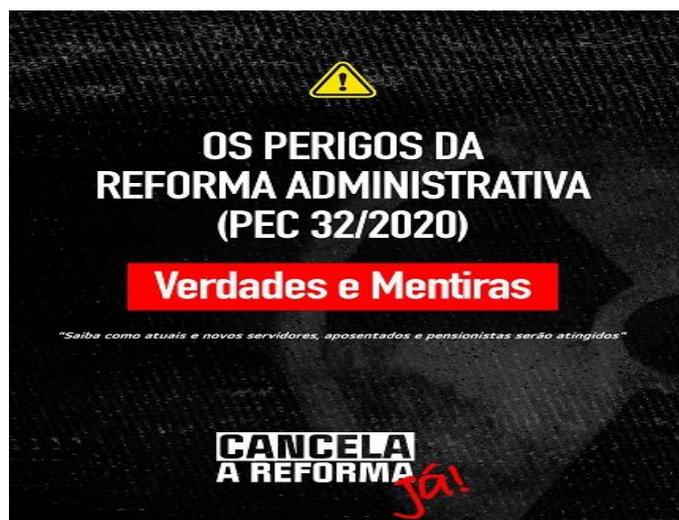
A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juízes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes, maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (já incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



**ACESSE NOSSA
CARTILHA**

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

*A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil*

*Nos siga nas redes:
@cancelaareforma*

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detalha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra

CCJ da Câmara dos Deputados x COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E x Comissão de Legislação Participa x PEC 32/2020 — Portal da Câmara x

camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083

SITUAÇÃO
Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC
- Plenário Virtual

PLENÁRIO VIRTUAL - PLENÁRIO

Apresentação do Requerimento de Informação n. 1275/2020, pelo Deputado André Figueiredo (PDT/CE), que "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Economia informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20 - Reforma Administrativa".

Ver menos

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 13/05/2021
Alice Portugal (PCdoB-BA)
- 13/05/2021
Ivan Valente (PSOL-SP)
- 13/05/2021
Gervásio Mala (PSB-PB)
- 11/05/2021
Fernanda Melchionna (PSOL-RS)

19:19
25/05/2021

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

01/06/2021

Andamento:

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

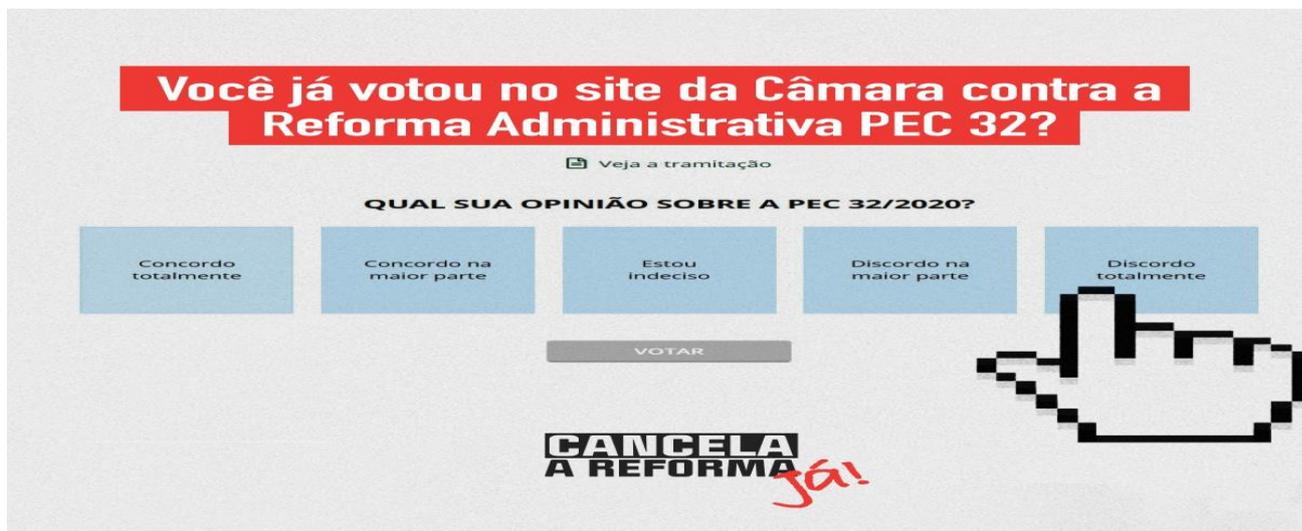
- Parecer recebido para publicação.

5 – Enquete da PEC 32

The screenshot shows the website page for PEC 32/2020. The page title is "Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020". There is a green "OPINE" button. Below the title, there are options for "Texto original" and "Siga esta proposta". The "EMENTA" section states: "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa." The "ENTENDA A PROPOSTA" section states: "A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) Saiba mais". The "AUTOR" section lists "Poder Executivo". The "SITUAÇÃO" section is partially visible. On the right side, there is a survey section titled "SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA" with a "Vote na enquete" button. A notification box says "Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?" with a "PREFIRO ESTA VERSÃO" button. At the bottom, there is a section titled "QUEM VIU ESTA PROPOSTA" with "VIU TAMBÉM". The browser's address bar shows "camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083". The Windows taskbar at the bottom shows the search bar and various application icons.

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 02 de junho



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

AGENDA

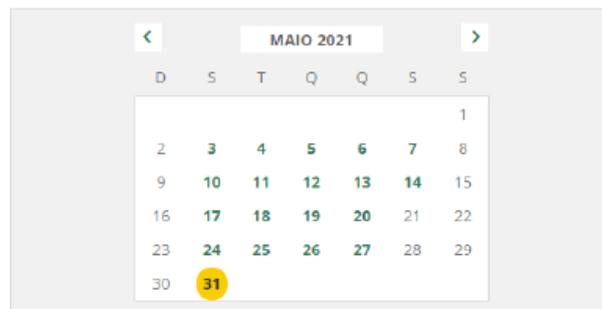
AMANHÃ terça-feira, 01 de junho

01/06/2021 **Discussão e Votação de Propostas** convocada
13h00 Reunião Deliberativa
Anexo II, Plenário 01

Agenda completa →

REUNIÕES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.



PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial: 31/05/2021

Data final: 31/05/2021

8 – Agenda do dia de hoje

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual) - 02/06/2021

CANCELADA